

**SÉRIE ANTROPOLOGIA**

**306**

***“MUITAS VEZES NÃO HÁ ESTA RELAÇÃO,  
É PRECISO ENFATIZAR”*: O POLÍTICO,  
O CIDADÃO E O ELEITOR**

**Carla Costa Teixeira**

**Brasília  
2001**

**“Muitas vezes não há esta relação, é preciso enfatizar” : o político, o cidadão e o eleitor<sup>1</sup>**

**Carla Costa Teixeira**

No dia 27 de junho de 1999, Cristovam Buarque deu uma entrevista ao *Correio Braziliense* que ocupou toda uma página, a página 14 relativa a notícias nacionais, em torno principalmente de sua viagem a vários países da Ásia e da importância do seu projeto “bolsa escola”. Mas, em determinado momento, perguntado sobre a sua derrota para Joaquim Roriz nas últimas eleições, fez a seguinte avaliação:

Correio – O senhor errou na campanha eleitoral?

Cristovam – Eu fiz meu discurso para os cidadãos, Roriz falou para os indivíduos. Reconheço que a estratégia dele foi boa. E eu não precisava ser demagógico, bastava mostrar o que estava fazendo para as pessoas e não para a comunidade. Tem um caso exemplar: perguntaram a um sujeito numa bicicleta com a bandeira do Roriz se a vida em Santa Maria, onde ele morava, tinha melhorado com água, bolsa-escola. Ele respondeu que sim, mas que votaria no Roriz. Disse ele: Cristovam pode ter sido bom para Santa Maria, mas não fez nada por mim. Quer dizer, muitas vezes não há esta relação, é preciso enfatizar.

Proponho considerar esta fala, em sua tentativa de compreender a não reeleição de um governo dotado de altos índices de popularidade, como uma oportunidade fértil para refletirmos sobre a (des)continuidade entre os domínios da cidadania e da política. Não em termos abstratos de como devem ser e agir o cidadão e o político, mas, sim, dos limites e possibilidades de tradução dos valores de uma experiência para outra. Na retórica de queixas e acusações mútuas entre políticos profissionais e cidadãos e eleitores (políticos ocasionais no sentido weberiano), podemos vislumbrar também o universo maior em que suas identidades são tecidas: a negociação da representação e da prática do pertencimento a, e da responsabilidade em face de, uma totalidade abrangente. Nas palavras do ex-governador do DF, Cristovam Buarque, na política deve-se “enfatizar” quem fez o quê, ou deveria ter feito, e para quem o fez; ao que ele contrapõe o fato de ter produzido um discurso de campanha voltado para os cidadãos. Qual o significado da afirmação de que “Cristovam pode ter sido bom para Santa Maria, mas não fez nada por mim”? Quais as implicações da oposição entre cidadão e indivíduo no contexto eleitoral?

O objetivo aqui não é de fato compreender as razões da derrota de Cristovam Buarque ou ainda descobrir quais os sentidos subjacentes à alegação daquele suposto eleitor. Trata-se de tomar tal trecho da entrevista de Buarque como uma fala cuja relevância para minhas reflexões neste momento consiste no fato de que, apesar da realidade específica a que se refere – a qualificação da cidade satélite de Santa Maria

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Seminário Nacional do Núcleo de Antropologia da Política, em agosto de 2001, no Rio de Janeiro.

será feita mais adiante -, foi tomada como gramatical e factível naquele contexto. Cabe, portanto, considera-la em sua criatividade retórica, bem como em seus pressupostos morais para que possamos compreender sua eficácia ao enredar, numa mesma trama discursiva, verdades convencionais partilhadas e circunstâncias sociais específicas.

### **Política e eleições no DF**

Em 1998 Brasília viveu seu terceiro processo eleitoral para escolha de governador de estado, deputados distritais e federais, e senadores. Anteriormente, nas eleições legislativas de 1974, 1978 e 1982 os eleitores residentes no Distrito Federal puderam votar, mas apenas nos candidatos de seus Estados de origem; o que veio a constituir um processo eleitoral *sui generis*, pois (i) o eleitor que quisesse votar deveria requerer ao juiz eleitoral a folha individual de votação para ser computada entre os votos de seu endereço eleitoral e (ii) a propaganda eleitoral dos candidatos era legalmente proibida na capital federal<sup>2</sup>.

Foi somente a partir de 1986 que o Distrito Federal pôde eleger seus representantes para o Congresso Nacional (8 deputados federais e 3 senadores); até então o que existia no Legislativo era uma “Comissão do DF” formada por senadores e deputados federais de outros Estados. Cerca de dois anos depois, com a Assembléia Nacional Constituinte de 1988, o DF teve aprovada sua autonomia político-administrativa no sentido de ter governador e vice-governador eleitos e constituir uma Assembléia Legislativa – permanecendo, contudo, a proibição de municipalização do DF.

Assim, até a Constituição de 1988, o governador do Distrito Federal era indicado pelo presidente da república sem qualquer mecanismo de referendo ou confirmação popular. Desde então foram eleitos os seguintes governadores: em 1990, Joaquim Roriz (Partido Trabalhista Renovador, PTR); em 1994, Cristovam Buarque (Partido dos Trabalhadores, PT); e, em 1998, novamente Joaquim Roriz (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB), configurando uma crescente polarização nos processos eleitorais entre aliados de Joaquim Roriz<sup>3</sup> e aliados (por afinidade ou oposição a Roriz) do Partido dos Trabalhadores, que já nas eleições de 1990 conseguira eleger um senador, dois deputados federais e quatro deputados distritais.

Esta polarização, contudo, atingiu seu ápice na eleição de 1998 quando a capital federal se viu espacialmente dividida entre aqueles que apoiavam a reeleição do governador Cristovam Buarque (PT) e aqueles que apoiavam o retorno de Joaquim Roriz (PMDB). Os primeiros estavam concentrados basicamente na região do Plano Piloto (Asas Sul e Norte), dos Lagos Sul e Norte e os segundos nas diferentes cidades satélites que compõem o Distrito Federal. Além de uma divisão espacial, esta distribuição indicava perfis sócio-econômicos marcadamente distintos para os eleitores de ambos os candidatos<sup>4</sup>. Alguns dados estatísticos dão a dimensão deste contraste: os moradores do Plano Piloto e dos Lagos compõem-se predominantemente de servidores

---

<sup>2</sup> As informações sobre a história política do DF utilizadas aqui foram extraídas de Fleischer 1988 e Badanhan 1995.

<sup>3</sup> Joaquim Roriz fora anteriormente, de 1988 a 1990, governador nomeado do DF, o que na época gerou polêmica em torno da sua condição de elegibilidade, ou não, para as eleições de 1990. A interpretação predominante, então, foi a de que a proibição constitucional era de *reeleição* e, portanto, não se aplicava a governadores indicados.

<sup>4</sup> Os dados a seguir foram obtidos junto à CODEPLAN (Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central, Brasília/DF) e são relativos ao ano de 1997.

públicos, profissionais liberais e empresários, com elevadas remunerações mensais médias, variando entre dezessete e nove salários mínimos *per capita*; já as cidades satélites, onde se concentram cerca de 87% da população do DF, caracterizam-se por baixas taxas de escolarização e pelo predomínio de remunerações médias bem menores, entre seis e um salário mínimo<sup>5</sup>.

Em 1998, assistimos a uma eleição disputadíssima: Cristovam Buarque ganhou no primeiro turno com 42,6% dos votos válidos, contra 39,2% de Joaquim Roriz, e perdeu no segundo turno com 48,3% contra 51,7%, ou seja, pela mesma diferença de votos (3,4%) com que ganhara no primeiro turno. Cristovam e Roriz encarnaram tipos opostos: o professor *vs* o ignorante; o vermelho *vs* o azul; o democrático e popular *vs* o demagógico e populista. Apesar da enorme vantagem de votos para Cristovam Buarque nas zonas eleitorais do Plano Piloto e dos Lagos, Joaquim Roriz obteve a vitória com a expressiva votação dos moradores das cidades satélites.

Em meio à perplexidade que se seguiu à divulgação do resultado da eleição, os eleitores de Cristovam e, especialmente, o candidato, seus assessores e aliados buscavam explicar o que havia acontecido, por que não haviam conseguido a reeleição. Várias foram as análises de estratégia e conjuntura propostas à época e nos meses que se seguiram à derrota eleitoral. Afinal, o governo Cristovam havia implantado projetos de reconhecido sucesso, inclusive por organismos internacionais – como, por exemplo, a Bolsa Escola<sup>6</sup> – e gozava de grande aprovação popular nas pesquisas de opinião, mas tal aprovação não logrou ser traduzida em votos suficientes para reelege-lo.

O processo eleitoral, em sua dinâmica específica, permitiu colocar em pauta novas demandas, potencializar velhas queixas, redefinir alinhamentos e adesões em um ambiente no qual muitas promessas foram lançadas como armas na luta eleitoral, distanciando-se da lógica das políticas públicas factíveis de um governo em exercício. Os papéis de governador e candidato, por um lado, e de cidadão e eleitor, por outro, revelaram-se em suas respectivas discontinuidades; sendo, contudo, reduzidas pelos analistas políticos e lideranças partidárias aos revezes da campanha eleitoral e à especificidade da cultura política brasileira<sup>7</sup>. Quais os elementos (dispositivos retóricos formais e morais) que constituíram de modo eficaz tal redução, é o que analisaremos na colocação de Cristovam Buarque em sua entrevista do dia 27 de junho de 1999.

### **Estratégias retóricas**

A notícia, em que se insere a referida entrevista, foi publicada cerca de seis meses depois que Cristovam Buarque deixou o governo do DF e estava estruturada em duas seções. Primeiro, o texto da reportagem principal ocupando três quartos da

---

<sup>5</sup> Segundo a CODEPLAN: “Observou-se que a renda média mensal familiar no Distrito Federal no período [1977] foi de R\$ 1.679,95, o equivalente a 15 salários mínimos da época (R\$112,00), com enormes disparidades entre as Regiões Administrativas, alcançando-se, no Lago Sul, a média de 65,76 S.M. contra 4,60 S.M no Paranoá, ou seja, 14 vezes superior”.

<sup>6</sup> Programa implantado no início de seu governo, no qual o governo se comprometia a pagar mensalmente uma bolsa de um salário mínimo a famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo – desde que todas as crianças em idade escolar estivessem freqüentando a escola (*Correio Braziliense* 37/06/99).

<sup>7</sup> A noção de cultura política tem muitos significados, para uma discussão que busca relacionar as perspectivas da antropologia e da ciência política ver Kuschnir e Carneiro 1999.

página sob a manchete “O PEREGRINO [em destaque centralizado] DO BOLSA ESCOLA [centralizado na linha de baixo em letras menores]”, seguida da sentença “Ex-governador prepara lançamento de três livros e divulga no mundo, da Coréia ao Uruguai, seu programa favorito”, em menor destaque. Ao pé da página, sob a chamada de “Entrevista”, temos a temática da “política local” na forma de pergunta e resposta, com uma breve introdução do jornalista alegando que, “provocado”, o ex-governador deixara “escapar” algumas impressões sobre esse tema (a política, especialmente, a política local) que ele, até então, se recusara a falar.

Assim, a interação, no caso a relação face a face da entrevista, é apresentada ao leitor como tendo ocorrido, por um lado, no bojo do engajamento intelectual de Cristovam Buarque na Política (com ‘P’ maiúsculo) de “combate à pobreza a partir da educação” e do não-agendamento das questões políticas locais e nacionais; e, por outro lado, como ocorrendo em meio à pausa feita, pelo entrevistado-peregrino, no seu deslocamento, em sentido amplo (físico, psicológico, afetivo, político), do âmbito local para o mundo globalizado, para a humanidade. Neste contexto de distanciamento com relação ao evento em foco, a derrota nas eleições de 1998, Buarque pôde reordena-lo e, simultaneamente, se posicionar na situação em um novo local de fala, prescrevendo, inclusive, alternativas de ação à época.

De início, Cristovam Buarque chamou para si a responsabilidade da derrota, assumindo que a estratégia de campanha de Joaquim Roriz havia sido boa e que poderia ter feito algo semelhante, ou seja, ele poderia ter falado para as pessoas. Longe de uma retórica de evitação da responsabilidade, tão freqüente nos desempenhos políticos após-o-fato (Teixeira 2000), Buarque sugeriu ter realmente errado nesse nível (a campanha), mas parece ter sido apenas para destacar, em seguida, a positividade da atuação de seu governo através do “caso exemplar” do eleitor de Santa Maria. Em outras palavras, ele se reposicionava como podendo ter falhado na configuração do *marketing* político, mas não na execução de políticas públicas, ou seja, enquanto candidato não teria conseguido comunicar-se com o eleitor, mas como governador fora reconhecido em suas realizações.

Cristovam Buarque encadeia os argumentos na seguinte seqüência: Roriz falou para o indivíduo ou a pessoa, ele se dirigiu ao cidadão; Roriz acertou no discurso, mas foi demagógico, isto é, construiu discursivamente de forma eficaz um compromisso que de fato não pretendia cumprir. Ainda, “falar” para o cidadão não seria em si um equívoco, somente o foi porque os eleitores não se perceberam como cidadãos; no caso, o morador de Santa Maria que não votou em função dos benefícios feitos ao seu local de moradia. Desta forma, mesmo assumindo ter falhado, Cristovam Buarque o fez de tal forma que logrou desautorizar duplamente o acerto do adversário, preservando, assim, sua integridade política e minimizando sua responsabilidade, assumida inicialmente, no desfecho do evento narrado.

Responsabilidade maior parece ter sido atribuída ao cidadão, cuja atitude no contexto eleitoral não priorizou, ou não apreendeu, o nexos com a comunidade local, sendo, por isso, instrumentalizado pelo candidato rival. O referente “por mim” é, deste modo, destituído de realidade em prol de “para Santa Maria”; uma dimensão que, sendo da ordem do real, contudo não existiria na percepção dos indivíduos. Esse é o sentido da sentença final “Quer dizer, muitas vezes não há esta relação, é preciso enfatizar”, pois se basta enfatizar é porque a relação é objetivamente dada, restando fazer com que seja

realizada para ou pelos indivíduos. Estamos em meio a uma das estratégias retóricas mais poderosas das relações políticas: a essencialização do pertencimento.

Antes de nos determos no conteúdo desta estratégia, é importante destacar alguns de seus dispositivos formais ressaltados na construção da *verdade* da posição de Cristovam Buarque na entrevista<sup>8</sup>. Ao apresentar sua derrota eleitoral em termos dos problemas de como Roriz, ele e o eleitor atuaram neste processo, Buarque reconstituiu moralmente sua atuação através do recurso a diferentes técnicas de depreciação dos sujeitos envolvidos no evento narrado, mas ausentes na situação de interação (a entrevista). O foco inicial que fora dirigido para ele, através da indagação “O senhor errou na campanha eleitoral?”, foi habilmente deslocado pela adjetivação negativa indireta que fez ao seu adversário (“eu não precisava ser demagógico”, isto é, subentenda-se, como Roriz o foi) e, principalmente, pela narrativa do “caso exemplar”. Neste caso a *retórica da incongruência* revelou-se fundamental: “perguntaram a um sujeito numa bicicleta com a bandeira do Roriz se a vida em Santa Maria, onde ele morava, tinha melhorado com água, bolsa-escola. Ele respondeu que sim, mas que votaria no Roriz”.

Tal apresentação captura o leitor de imediato para a perspectiva em que o “sujeito” em questão surge como destituído de bom senso ou de racionalidade: ora se ele concorda que a vida em seu local de moradia melhorou, por que não votar no governador que fez as melhorias? O próprio Cristovam Buarque responde a esta indagação, implícita, através de palavras atribuídas ao eleitor hipotético: “Cristovam pode ter sido bom para Santa Maria, mas não fez nada por mim”. Ao utilizar a estrutura de pergunta e resposta para narrar o episódio, Buarque nos permite apreender um elemento que, fundamental à eficácia da retórica da incongruência, nem sempre é revelado: o recurso a uma *resposta estereotipada*, ou seja, uma resposta que é dada a uma classe geral de situações e que codifica a opinião social sobre estes problemas. O problema: a eleição de candidatos do tipo Roriz ou a não-reeleição de candidatos tipo Cristovam; a resposta: a forma como o eleitorado vota.

Por este procedimento, uma indagação, Cristovam Buarque acionou ainda um outro dispositivo de persuasão, a *rotina de solicitação*: uma interação cujo padrão expressivo atualiza e legitima o ato de fazer uma pergunta cuja resposta já se conhece. Assim, o objetivo da pergunta não é obter qualquer acréscimo de informação, mas, sim, explorar o poder que dispõe aquele que, na interação, dirige a pergunta. Consiste, portanto, em um tipo de interrogação cuja competência é fundamental para a habilidade do sujeito em manipular seu ambiente comunicativo<sup>9</sup>.

Qual o pano de fundo moral que sustenta a aceitação dos estereótipos acionados, é o que veremos após a apresentação do contexto sociocultural ao qual podemos referir o evento narrado na entrevista.

### **O evento narrado em seus contextos**

Até o momento, minha análise tem priorizado o nível da interação discursiva envolvendo a tríade repórter-entrevistado-leitor condensada na construção da

---

<sup>8</sup> Duas coletâneas editadas em 1977 são uma referência importante nos debates antropológicos sobre a retórica: Sapir & Crocker, e Saville-Troike.

<sup>9</sup> Várias pesquisas têm sido feitas neste campo, principalmente, com crianças em idade escolar. Para os interessados sugiro a leitura de Saville-Troike 1977.

notícia<sup>10</sup>. Cabe, agora, considerar o outro termo que, sem ser o sujeito de fala e, tampouco, o outro ao qual a fala se dirige, é central nesta configuração: o “exemplar” eleitor de Santa Maria.

A cidade satélite de Santa Maria constitui um dos locais onde verificamos as menores remunerações mensais médias do DF, só perdendo para o Paranoá: cerca de apenas um salário mínimo (*per capita*). Com ruas de terra, condições de moradia elementares e uma disputa por lotes, que permanece alimentada por levas de moradores recém chegados, Santa Maria é um *assentamento* de recente implantação, fruto de uma política urbana que, legitimada pelo grande déficit habitacional no DF, implementou a distribuição de lotes à população carente.

Os assentamentos foram iniciados no governo de José Aparecido (1985/1988), mas adquiriram dimensões de política pública sistemática com Joaquim Roriz, quando governador indicado (1988/1990), e, desde então, têm sido a marca principal de seus governos. A política de assentamentos consiste de concessões de pequenos lotes semi-urbanizados (120 m<sup>2</sup>) nas cidades satélites, destinadas a moradores de invasões e inquilinos de baixa renda (menos de três salários mínimos). É uma política habitacional que suscita acalorados debates, principalmente, em torno de quatro pontos polêmicos: os moradores receberiam os lotes mas a infra-estrutura urbana seria muito precária, assemelhando-se a favelas; os critérios de distribuição teriam fins eleitoreiros; a distribuição de lotes teria agravado o processo desordenado de migrações para o DF; não haveria uma política de ampliação das oportunidades de trabalho capaz de absorver o aumento de mão-de-obra. Assim, a política de assentamentos reafirma e agrava a representação de um DF dividido entre, de um lado, os moradores do Plano Piloto, que a responsabilizam por estar criando um cinturão de pobreza em torno de Brasília e, de outro, os moradores das cidades satélites, beneficiados pelas doações ou em condições de vir a sê-lo – embora as cidades satélites não sejam, de modo algum homogêneas<sup>11</sup>.

Com a eleição de Cristovam Buarque em 1994, a distribuição de lotes foi praticamente suspensa, investigações e estudos foram desenvolvidos com fins a “moralizar” e redefinir a política habitacional no DF e, paralelamente, o governo investiu em criar condições de infra-estrutura urbana nos assentamentos realizados por Roriz. No âmbito local, portanto, Buarque pareceu responder justamente aos receios dos setores que condenavam as doações de lotes, embora ao longo de seu governo tenha atingido índices de aprovação mais amplos através de políticas públicas voltadas para os “excluídos”.

À luz dessa contextualização, Santa Maria mostra-se uma região de moradia que se enquadra mal às noções de comunidade local. O campo semântico de *comunidade*, em seus vários significados, tem como elemento unificador o fato de evocar, de uma forma ou de outra, a partilha (primordial, imaginada ou instrumental) da condição de pertença a uma coletividade abrangente referida a territorialidade, valores étnicos, religiosos e/ou políticos. Santa Maria, ao contrário, é uma área de ocupação relativamente recente e atravessada por disputas entre os moradores que, oriundos de

---

<sup>10</sup> A especificidade da construção da notícia, em especial no campo da política, foi analisada por mim em outra oportunidade (Teixeira 1998).

<sup>11</sup> Algumas, por exemplo, configuram-se como locais de predomínio de classes médias, como Guará e Taguatinga; enquanto outras, como Santa Maria, Recanto das Emas e Paranoá são localidades muito pobres.

diferentes estados do norte e nordeste do país, anseiam pelo recebimento de lotes do governo.

Contudo, as virtudes da comunidade de residência vêm a constituir, justamente, um dos elementos centrais no pano de fundo moral que dá sentido à retórica de Cristovam Buarque. A relação identitária entre moradores e local de moradia, em sua totalidade, é tida como existente em uma relação de continuidade tão naturalizada que nem a especificidade de Santa Maria foi suficiente para levantar ao menos uma atitude de questionamento por parte do repórter na entrevista (ou se foi, o repórter não julgou-a suficientemente relevante para constar da matéria editada). A versão publicada foi a de que o morador, ao não apreender essa conexão metonímica, estaria se alienando, ou sendo alienado, dos interesses solidários da comunidade local a qual pertenceria. Esta versão, ainda, desconsiderou que, embora beneficiados por projetos de urbanização básica e outros serviços, os moradores de Santa Maria, e de outras cidades satélites, foram praticamente privados de obter o bem maior a que almejavam: um pedaço de terra para morar, ou seja, ficaram desprovidos da própria condição necessária ao pertencimento local.

No repertório democrático moderno, a tradução política adequada desse pertencimento local se daria, no bojo da noção de cidadania, através da legítima associação para a defesa de interesses coletivos com fins a consolidação de políticas públicas socialmente mais justas. Sem serem necessariamente antagônicos no Brasil, o comunitarismo e o associativismo configuram um campo legítimo de construção de identidades coletivas, em oposição aos interesses pessoais, às relações personalistas e à lógica de favores que, tradicionalmente, teriam orientado grande parte do eleitorado brasileiro. Desta perspectiva, ao morador-eleitor da periferia do DF é atribuída uma condição moral negativa dotada de forte poder simbólico, pois presente no senso comum da experiência cotidiana, bem como nos debates clássicos sobre a identidade nacional nas ciências sociais e históricas<sup>12</sup>.

São muitos os pensadores brasileiros que se dedicaram a analisar a relação entre espaços privado e público, família e estado-nação, relações pessoais e cívicas no Brasil. Contudo, no que se refere ao nosso tema específico, Sérgio Buarque de Holanda (1982) adquire maior destaque e influência. Em seu famoso capítulo “O homem cordial”, é taxativo quanto à incomensurabilidade entre, de um lado, as virtudes familiares e a ética de fundo emotivo e, de outro, as virtudes cívicas e a ética com base na razão e na vontade:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda, menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico (...) A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável ante às leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o

---

<sup>12</sup> A *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* n° 48, trouxe uma breve resenha sobre família e formação nacional brasileira em pensadores clássicos da primeira metade do século XX, de autoria de Rohden (1999).

material, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva (...) A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência (idem:101).

Tais ponderações dão-se no bojo de um estereótipo que guarda fortes afinidades com o que Banfield chamou de *familismo amoral*, em seu estudo sobre o *ethos* de uma aldeia no sul da Itália, nos anos 50 (Banfield 1958). O familismo amoral, segundo o autor, consiste em um padrão de conduta focado na família imediata, em que vigora a regra de que se deve buscar maximizar as vantagens materiais de curto prazo para os seus, pressupondo que todos agem esta maneira. Assim, os familistas amorais só agem em interesse do grupo ou da comunidade se for resultar em benefício material direto para si e desconfiam de todos os que atuam como se estivessem voltados apenas para o interesse público. São, portanto, incapazes de estabelecer relações de associação para atingir fins coletivos e não logram estabelecer laços de solidariedade além das fronteiras familiares. Sob o título de *The moral basis of a backward society*, as reflexões de Banfield inserem-se em um momento teórico e político datado, sendo, sem dúvida, eivadas de elementos que hoje não mais encontram amparo no debate acadêmico. Contudo, a problemática da solidariedade ampliada abordada por Banfield continua desafiando políticos e teóricos, sendo surpreendente o quanto algumas de suas reflexões ainda preservam de inspiração para os debates contemporâneos<sup>13</sup>.

Em meados dos anos 90, Elisa Reis realizou uma releitura vigorosa desta obra, utilizando a noção de familismo amoral para refletir sobre os problemas de solidariedade e de integração social em contextos de profundas desigualdades (Reis 1995:35). Alertando para o fato de que os limites de solidariedade na América Latina e no Brasil vêm se estreitando, Reis aponta, entre suas conclusões, para o potencial de conversão das graves disparidades sociais em experiências de vida que “geram diferenças tão grandes nas orientações cognitivas que sentimentos de pertencimento simplesmente não se podem fixar” (idem:46). Sua preocupação, como afirma ao final do artigo, é compreender, inspirada pela noção de familismo amoral cunhada por Banfield, as condições de existência de uma contração da moral social que negue a noção universalizante de solidariedade. Sua questão é sobretudo a relação entre fatores estruturais e escolhas individuais, desigualdades sócio-econômicas e integração política, solidariedade ampliada e restrita, identidades individual e coletiva. Em suas próprias palavras:

Até que ponto é possível esperar que se generalize uma confiança mútua, típica dos sentimentos comunitários, em sociedades nacionais nas quais prevalecem graves disparidades nas oportunidades de vida da população? Se a noção de “concidadão” não encontra ressonância no dia-a-dia das pessoas, por que razão deveríamos esperar que se desenvolva uma identidade comum e uma disposição para participar de atividades destinadas a promover projetos coletivos? (Reis 1995:38)

---

<sup>13</sup> Recentemente, uma coletânea de trabalhos baseados em pesquisa quantitativa realizada no DF em 1997 (Araújo et al. 2000), traz argumentos e conclusões que faceiam a noção de familismo amoral - embora nenhum deles se refira diretamente a Banfield. Infelizmente, o livro não traz os questionários que foram utilizados e, tampouco, um anexo com a totalidade dos dados. Como só podemos dispor das tabelas geradas no interior de cada trabalho específico, não posso avaliar diretamente a produção dos dados estatísticos a fim de utilizá-los.

Ao longo do texto percebe-se, em meio a sensibilidade teórica que estas indagações revelam, que a permanência da dicotomia entre esferas pública e privada delimita o horizonte de suas reflexões sobre solidariedade social. Daí seu profundo ceticismo com o papel dos movimentos sociais, das associações voluntárias e das iniciativas filantrópicas na ampliação da solidariedade, agora adjetivada de “cívica”:

Poderíamos definir melhor esses tipos de ação como uma forma de reciprocidade de base pessoal. Os custos de oportunidade envolvidos na generalização de tais iniciativas como empreendimentos coletivos seriam exorbitantes, pois seus participantes não confiam em interações anônimas, nem dispõem dos recursos organizacionais necessários.

Análogas ao familismo amoral, tais ações permaneceriam no interior da esfera privada, inserindo-se em definições restritas de moral. Os mediadores legítimos da construção da solidariedade no ambiente democrático excluiriam, portanto, as relações recíprocas entre “pessoas”. As trocas, acordos e soluções tecidas em bases pessoais seriam avessas a traduções universalizáveis, tendo conseqüências perversas sobre a solidariedade: ideologia do consentimento, populismo, clientelismo, desmoralização da autoridade pública, agravamento da exclusão social e alienação. Assim, conectada à ampliação do debate sobre solidariedade nos termos das condições socioeconômicas necessárias à formação de uma sociedade civil vigorosa, temos a restrição de suas bases políticas ao “jogo ativo dos interesses diferenciados” organizados em associações, com fortes conotações impessoais e contratuais (idem:44).

Guardadas as suas especificidades, essas análises, conjunturais e teóricas, parecem atribuir uma espécie de natureza política perversa ao domínio das relações de bases pessoais, familiares e privadas. Sob rótulos diversos, uma falácia fundamental parece se perpetuar: a redução da perspectiva moral universalista ao modelo político no qual historicamente se realizou - os modernos estados nacionais. A essencialização do pertencimento adquire, então, contornos mais precisos. Ao contrapor-se às relações pessoais, este essencialismo implica em um naturalização que, embora evoque os vínculos primordiais, o faz de forma a excluí-los enquanto mediadores políticos legítimos. Esta exclusão dá-se por dois movimentos: a exigência da tradução das relações primordiais em relações associativas, deslocando, simultaneamente, a qualidade “dada” característica dos grupos primordiais, de sua existência social localizada, para o domínio (valores e práticas) do cenário político moderno<sup>14</sup>. Os grupos primordiais que, ao se inserirem na esfera pública, não lograrem efetuar este duplo movimento, transgridem fronteiras classificatórias fundamentais e tornam-se portadores de forte negatividade moral<sup>15</sup>.

Desta perspectiva, os chamados familismo amoral, personalismo e clientelismo, entre outros, não são absolutamente resíduos de atraso ou tradicionalismo, mas elementos constitutivos da modernidade tanto quanto a solidariedade cívica. Surgem no mesmo contexto histórico, expressando estratégias, negociações e

---

<sup>14</sup> Para esta discussão em diferentes contextos nacionais, sugiro a leitura de Geertz 1963, Tambiah 1996, Herzfeld 1993.

<sup>15</sup> Os movimentos vinculados à concepção do multiculturalismo, embora polêmicos (Gutmann 1994), trazem alguns exemplos de tentativas bem sucedidas nesta direção - dentre os quais se destacam os movimentos negro e feminista.

ajustamentos entre identidades pessoais e políticas que não são reconhecidas como legítimas à luz dos valores e práticas da cidadania, mas cujo destino ainda está sendo tecido. São, portanto, categorias de acusação no jogo político democrático que vêm a ser potencializadas nos momentos eleitorais, e não práticas substantivas dotadas de uma negatividade intrínseca. No campo do debate teórico, surgem, freqüentemente, como grandes narrativas que nivelam padrões de condutas e valores diferenciados e, por tal procedimento, terminam também desconsiderando a diversidade de conflitos e estratégias que se encontram imersos nessas classificações homogeneizadoras.

### **Comentários finais**

O caso específico do eleitor citado por Cristovam Buarque, em sua avaliação da vitória de Joaquim Roriz, pode agora ser retomado em toda a amplitude do campo semântico em que se insere.

O eleitor é, no universo da política, a representação análoga ao cidadão portador de direitos e deveres, igual, livre e autônomo. No momento das eleições, o indivíduo, no exercício de seus direitos políticos, através do voto secreto escolheria, dentre os candidatos, aquele que melhor representasse seus interesses. A própria adoção da cabine eleitoral seria uma projeção, no espaço, do ideal de liberação do eleitor de seus vínculos sociais (Offerlé 1993). A concepção de voto em questão constituir-se-ia em uma ação isolada intencional, uma escolha objetiva a ser realizada em função dos meios disponíveis (o voto e os candidatos) e os fins desejados (os interesses). Nas democracias modernas, dizem os seus teóricos, o voto seria a forma do cidadão participar, fazendo valer os seus interesses, nas tomadas de decisões coletivas (Bobbio 1987).

Como diversas etnografias de processos eleitorais no Brasil têm revelado, esta raramente é a percepção dos sujeitos que destes participam, seja como eleitor ou candidato<sup>16</sup>. A eleição, em diferentes contextos, é freqüentemente vista como um tempo de barganhar compromissos, redefinir alianças, reordenar relações sociais e fronteiras internas ao ambiente social (Palmeira 1992, Palmeira e Herédia. 1995). Em função das eleições, os candidatos mudam de partido, mantêm ou fazem novas "dobradinhas", confirmam promessas e bravateiam realizações; já os eleitores declaram em quem pretendem votar e o número de votos que conquistaram para seus candidatos, colocam na pauta política seus problemas, reafirmando lealdades ou denunciando traições e quebra de compromissos.

O momento das eleições, portanto, realiza de forma excepcional a vocação política de firmar compromissos através do público empenho mútuo da palavra; afinal, aqui deve-se ser capaz de firmar acordos sem os instrumentos de garantia disponíveis no domínio jurídico. Para tanto, os sujeitos envolvidos têm que ser reconhecidos como honrados (no sentido de honrar a palavra dada), caso contrário, não haveria a credibilidade mínima necessária para o estabelecimento de alianças.

Neste sentido, as disputas eleitorais envolvem estratégias de obtenção de aliados e seguidores que destacam e maximizam, em intensidade e extensão, as diferenças que permeiam a vida política. As democracias participativas modernas realizam nos processos eleitorais verdadeiros espetáculos de poder, invadindo o mundo da experiência cotidiana e instrumentalizando diferentes recursos convocatórios: meios

---

<sup>16</sup> Refiro-me prioritariamente aos trabalhos realizados pelos pesquisadores do Núcleo de Antropologia da Política e publicados pela editora Relume Dumará desde 1998.

de comunicação, comícios *shows*, passeatas, festas, distribuição de material de propaganda; bem como grupos e líderes que possam atuar como mediadores entre os candidatos e os potenciais eleitores. Trata-se, em seus momentos de maior mobilização, de uma luta acirrada pela obtenção de distinção, deferência e prestígio empreendida pelos diferentes sujeitos políticos com fins ao sucesso eleitoral (direto ou de seus candidatos).

Assim, estamos longe dos valores da cidadania, um tipo de identidade que pretende operar independente de qual seja o enraizamento social dos indivíduos em questão: não importa quem você seja, você idealmente é sempre portador de direitos e deveres universais. *Na política, ao contrário, você tem que ser alguém.*

Quando pensamos na liderança política, a sua existência como personalidade singular surge quase naturalmente. Afinal, o líder seria aquele que se constituiu, por mecanismos que merecem análises circunstanciadas, em porta-voz legítimo de uma parcela da sociedade, conseguindo que esta se representasse, em alguma medida, através dele próprio. Para tanto, é preciso ser alguém estimado (por admiração ou temor) como portador de atributos especiais, de carisma, de mana, de poder, de um saber fazer.

Contudo, o mesmo reconhecimento não ocorre se focamos os eleitores. Ao eleitor é negado o direito de existir enquanto um sujeito social singular, de pretender ser reconhecido com base em sua condição de pessoa, cujos elementos de identificação não estão dados *a priori*. O eleitor deve ser equacionado a determinadas coletividades e nelas se anular em um *duplo processo de alienação*. Se concretamente aliena-se da política ao delegar aos políticos profissionais (aqueles que vivem da e para a política, nos termos de Weber) a responsabilidade do manejo permanente do poder, deve fazê-lo também no próprio ato de delegação, negando muitas vezes sua especificidade mais individualizada que, em nome dos valores cívicos, deve ser concebida apenas através de uma espécie de hierarquia de “interesses coletivos”, ditada por aqueles politicamente melhor posicionados. O que parece estar em jogo não é tanto esta ou aquela identidade em si, mas quem tem o poder de definir as relações identitárias legítimas.

Desta perspectiva, a noção de alienação adquire um significado distinto ao cunhado na tradição marxista, pois refere-se ao não reconhecimento do manejo individual das condições pessoais, sociais, econômicas ou políticas envolvido no processo de construção do sujeito histórico. Aqui a instrumentalização dos indivíduos dar-se-ia, justamente, pela imposição de determinados pertencimentos sociais como necessários e “naturais” – e não pela sua negação.

Sem qualquer elogio simplista das virtudes da agência individual, trata-se de considerá-la seriamente (no sentido hermenêutico) no campo das relações políticas, trazendo para o seu cerne a investigação da maior ou menor eficácia instrumental da manipulação das diferentes identidades pessoais. Afinal, esta instrumentalização não é empreendida apenas pelos adeptos de práticas denominadas de nepotismo, familismo, paternalismo, coronelismo ou assistencialismo, ou seja, aquelas sociologicamente pautadas em relações pessoais ou personalizadas. O manejo do pertencimento é um elemento crucial à própria dinâmica das democracias representativas modernas, sendo as eleições um dos momentos privilegiados para sua realização pelos políticos profissionais, mas também, e talvez principalmente, por aqueles que são mobilizados apenas nestas oportunidades – os eleitores.

A relação de representação democrática tem sido focalizada sobretudo a partir do pólo do representante: quem pode ser considerado representante legítimo, quais as regras adequadas para garantir a escolha do representante de modo a corresponder melhor à vontade do eleitor, de que setores sociais são recrutados prioritariamente, qual a composição do conjunto de representantes que melhor expressaria o conjunto dos eleitores etc.; mas muito pouco tem sido dito acerca de quais grupos podem, e quais não podem, legitimamente postular uma representação política. A ênfase é posta na dinâmica interna ao campo já aceito como adequado, deixando de fora a discussão sobre aqueles que nunca poderão ser incluídos sob as regras vigentes<sup>17</sup> - considerados apenas em sua “inadequação”.

Mas que pertencimentos podem legitimamente ser postulados nesse modelo de existência política? Sindicais, comunitários, étnicos, ideológicos e, acima de todos, aqueles referenciados em interesses nacionais. Em fim todos aqueles que historicamente lograram ser apresentados *como se* fossem produzidos a partir de relações de igualdade, portadores de reivindicações de direitos e traduzíveis em regras impessoais de aplicação a outros contextos. Sendo assim, a indagação contrária se impõe: que pertencimentos estariam excluídos desta classificação? A lógica ordenadora vigente parece ser aquela que considera tanto mais poluidor e ilegítimo, quanto mais relacional, local e individual for a inserção evocada. Desta perspectiva, às relações pessoais e familiares não é atribuída qualquer transcendência política construtiva, adquirindo negatividade radical no mundo político moderno. Elas evocam dois valores que as democracias modernas têm dificuldade em incluir política e juridicamente: a hierarquia e os direitos particularistas. Não se trata aqui de defender tais valores, mas de reconhecer que a hierarquia e as relações personalizadas são intrínsecas à dinâmica política, inclusive, às democracias participativas e igualitárias contemporâneas; revelando, assim, os limites da retórica da igualdade que compõe o ideal de cidadania e, o mais importante, a natureza essencialmente movediça do jogo de poder que se esconde sob sua pretensão à fixidez e à não negociação de significados e identidades singulares.

Sentir-se parte de uma totalidade maior, seja esta qual for, não é algo dado objetivamente, tem que ser elaborado por meio de uma experiência cotidiana de interações e de imaginação social. Não basta morar em Santa Maria para que alguém sinta-se contemplado por benfeitorias feitas à cidade satélite de Santa Maria. A identificação com um bairro, uma cidade, uma região ou um país – para ficarmos na referência à territorialidade - tem que ser tecida cotidianamente, pois ela não existe em si, não consiste em qualquer realidade ou condição exterior aos sujeitos. Mais importante, tais identificações quanto mais abrangentes mais parecem excluir e rejeitar vivências fundamentais à formação individual, em especial, as relações de tipo familiar e de amizade, criando-se, assim, muitas vezes, um conflito de lealdades, um mundo dividido.

Não se trata apenas de "ênfatar" nos momentos eleitorais que o que se faz por uma coletividade se faz por cada um de seus membros. Não apenas porque essa exata correspondência nem sempre ocorre, mas, principalmente, porque os indivíduos estão experimentando o mundo por meio de outras referências (pessoais, familiares, étnicas, religiosas) e se posicionando politicamente a partir destas relações. Caso não

---

<sup>17</sup> Bourdieu (1996) apresenta uma instigante reflexão em torno desta questão, contrapondo a noção de rito de instituição à de rito de passagem de Van Gennep.

sejamos capazes de apreender os mecanismos de convertibilidade mútua que estão operando entre esses fios de identificação social dentro do mundo político, talvez estejamos condenados a permanecer negando a realidade em prol do modelo; cegos para o fato de que estes são recortes realizados sobre o mesmo tecido social. Se tivemos a habilidade para construir e desconstruir imagens de cidadania e nação a partir de metáforas de consangüinidade e parentesco, presentes nas retóricas da pátria mãe e da união das três raças, fica o desafio de avançar na compreensão das novas conexões que estão sendo constituídas e reivindicadas no território turvo entre os diversos domínios que a modernidade separou, normatizou e, sobretudo, essencializou. Afinal, a matéria prima que originou o ideal da cidadania foi a experiência cotidiana em sua variabilidade e dinamismo, que, em determinado momento histórico, logrou ser traduzida politicamente em anseios de liberdade e igualdade para todos indistintamente. Agora, esta diversidade está a exigir outras conversões, outras representações de pertença social.

Analiticamente, talvez seja necessário nos voltarmos para os *elementos mediadores* entre os diferentes sujeitos (coletivos e individuais) na vida política, questionando a idealização de que a nação é uma comunidade que se concebe como formada por indivíduos (por associação, imaginação ou dominação) e que, como consequência, a solidariedade cívica exclui a solidariedade restrita das coletividades menos inclusivas<sup>18</sup>. Hoje, em nosso contexto, talvez o desafio seja compreender porque é tão forte o estereótipo de que as relações de base pessoal são intrinsecamente impróprias e avessas ao domínio das interações políticas. A questão que Durkheim (1983) se colocou para as organizações econômicas, quando da discussão da função mediadora dos grupos secundários nas democracias, faz-se pertinente aqui: não se trataria de uma espécie de preconceito histórico, anteriormente alocado às corporações profissionais, que hoje exclui as relações de base pessoal da vida política? Não apenas pela aversão moderna à precedência, mas, também, pelo nivelamento da sensibilidade política – este movimento periódico e intenso de pertencer a uma coletividade transcendente, que Shils (1992) tão bem analisou – às tensões entre forma e substância características do domínio jurídico-normativo? A tradução de taxonomias morais para a experiência política, obedecendo a processos distintos daqueles próprios à linguagem da cidadania, parece se oferecer como um campo fértil para nossos estudos etnográficos.

---

<sup>18</sup> A partir da indagação específica sobre a formação de comunidades políticas pautadas apenas em princípios generalizáveis, Cardoso de Oliveira (1999) desenvolve reflexões - tendo como referência a realidade do Quebec - que guardam afinidades com esta temática: as dificuldades do liberalismo em incorporar as demandas de reconhecimento e, de modo geral, quaisquer valores substantivos.

## Referências bibliográficas

- Araújo, Caetano E. P. et al. 2000. *Política e Valores*. Brasília: EdUnB.
- Badanhan, Marco Antônio. 1995. *A democratização da capital federal. Brasília: partidos e eleições (1985 a 1994)*. Brasília: Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade de Brasília.
- Banfield, Edward. 1967. *The moral basis of a backward society*. New York: The Free Press.
- Bobbio, Norberto. 1987. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bourdieu, Pierre. 1996. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EdUSP.
- Cardoso de Oliveira, Luís Roberto. 1999. “Comunidade política e cultura pública no Quebec”. *Estudos Históricos*, vol. 13, nº 24.
- Durkheim, Emile. 1983. *Lições de Sociologia: a Moral, o Direito e o Estado*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor : EdUSP.
- Fleischer, David (org.). 1988. *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: EdUnB.
- Geertz, Clifford (ed.). 1963. *Old Societies and New States. The quest for modernity in Asia and Africa*. New York: The Free Press.
- Gutmann, Amy (ed.). 1994. *Multiculturalism*. New Jersey: Princeton University Press.
- Herzfeld, Michael. 1992. *The social production of indifference. Exploring the symbolic roots of western burocracy*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Kuschnir, Karina e Leandro P. Carneiro. 1999. “As dimensões subjetivas da políticas: cultura política e antropologia da política”. *Estudos Históricos*, vol. 13, nº 24.
- Palmeira, Moacir. 1992. “Voto: representação ou significado?”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20.
- Palmeira, Moacir e Beatriz Herédia. 1995. “Os comícios e a política de facções”. *Anuário Antropológico*, nº 94.
- Palmeira, Moacir e M. Goldman (org.). 1996. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Reis, Elisa. 1995. “Desigualdade e solidariedade. Uma releitura do ‘familismo amoral’”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, ano 10.

- Rohden, Fabíola. 1999. "Honra e família em algumas visões clássicas da formação nacional". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 48.
- Sapir, J. David e J. Christopher Crocker (ed.). 1977. *The social use of metaphor. Essays on the anthropology of rethoric*. The University of Pennsylvania Press.
- Saville-Troike, Muriel (ed.). 1977. *Linguistics and Anthropology*. Washington: Georgetown University Press.
- Shils, Edwuard. 1992. *Centro e Periferia*. Lisboa: Difel.
- Tambiah, Stanley J. 1996. *Leveling crowds. Ethnonationalist conflicts and colletive violence in South Asia*. Berkeley: University of California Press.
- Teixeira, Carla. 1988. *A honra da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- \_\_\_\_\_. 2000. "Das Bravatas: mentira ritual e retórica da desculpa na cassação de Sérgio Naya". *Série Antropologia*, nº 274.

SÉRIE ANTROPOLOGIA  
**Últimos títulos publicados**

297. RIBEIRO, Gustavo Lins. Tropicalismo e Europeísmo. Modos de Representar o Brasil e a Argentina. 2001.
298. RIBEIRO, Gustavo Lins. Planet Bank: Ethnic Diversity in the World Bank. Planeta Banco: Diversidad Étnica en el Banco Mundial. 2001.
299. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Individualismo, Identidades Coletivas e Cidadania: Os Estados Unidos e o Quebec Vistos do Brasil. 2001.
300. BAINES, Stephen Grant. As Terras Indígenas no Brasil e a “regularização” da implantação de grandes usinas hidrelétricas e projetos de mineração na Amazônia. 2001.
301. RAMOS, Alcida Rita. Pulp Fictions of Indigenism. 2001.
302. RAMOS, Alcida Rita. Old Ethics Die Hard. The Yanomami and Scientific Writing. 2001.
303. RAMOS, Alcida Rita. The Predicament of Brazil’s Pluralism. 2001.
304. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. Direitos Republicanos, Identidades Coletivas e Esfera Pública no Brasil e no Quebec. 2001.
305. PEIRANO, Mariza G.S. Rituais como Estratégia Analítica e Abordagem Etnográfica. Rituals as Analytical Strategy and Ethnography Approach. 2001.
306. TEIXEIRA, Carla Costa. “Muitas vezes não há esta relação, é preciso enfatizar”: o político, o cidadão e o eleitor. 2001.

A lista completa dos títulos publicados pela Série Antropologia pode ser solicitada pelos interessados à Secretaria do:

Departamento de Antropologia  
Instituto de Ciências Sociais  
Universidade de Brasília  
70910-900 – Brasília, DF

Fone: (061) 348-2368  
Fone/Fax: (061) 273-3264/307-3006